



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais
Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”
Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Trabalho, Questão Social e Serviço Social

A QUESTÃO SOCIAL: OBJETO DE ESTUDO E REALIDADE SOCIAL

Maria Elizabeth Borges¹
Ermildes Lima Silva²
Louise O. R. Machado³
Adriane Gonzaga Santos⁴
Yasmin Oliveira Matos⁵
Gabriela Bonfim Silva⁶
Letícia Reis Silva⁷
Maria Eduarda S. Santos⁸
Maria Itanildes C. Bonfim⁹

Resumo: O trabalho se propõe a apresentar a questão social tomada como objeto de estudo; no plano da abstração é entendida como um conceito que permite compreender sua existência real, através de suas manifestações na vida cotidiana. A questão social como objeto de intervenção da profissão é compreendida em seu significado socio-histórico, portanto, localizada no contexto brasileiro, onde o desenvolvimento histórico e político do Estado demarca um longo percurso até chegar a garantia do direito à assistência social, como parte das estratégias da classe trabalhadora para o reconhecimento de suas demandas e de suas lutas sociais, consubstanciadas nas políticas sociais.

Palavras-chave: questão social; assistência social; trabalho.

Abstrac: The paper proposes to present a social question as object of study; in the plane of abstraction is understood as a model that favors its own existence, through its manifestations in everyday life. A social issue as an intervention object of the profession is a matter of historical nature, therefore, located in the Brazilian context, where the development of a history and a state of action can the working class to the recognition of their demands and their social struggles, based on social policies.

Key-Words: social issues; social assistance; Work.

1. Introdução

¹ Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal da Bahia – UFBA, E-mail: bethborges@gmail.com.

² Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal da Bahia – UFBA, E-mail: bethborges@gmail.com.

³ Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal da Bahia – UFBA, E-mail: bethborges@gmail.com.

⁴ Estudante de Graduação. Universidade Federal da Bahia – UFBA, E-mail: bethborges@gmail.com.

⁵ Estudante de Graduação. Universidade Federal da Bahia – UFBA, E-mail: bethborges@gmail.com.

⁶ Estudante de Graduação. Universidade Federal da Bahia – UFBA, E-mail: bethborges@gmail.com.

⁷ Estudante de Graduação. Universidade Federal da Bahia – UFBA, E-mail: bethborges@gmail.com.

⁸ Estudante de Graduação. Universidade Federal da Bahia – UFBA, E-mail: bethborges@gmail.com.

⁹ Estudante de Pós-Graduação. Universidade Estadual da Bahia – UNEB, E-mail: bethborges@gmail.com.

Neste trabalho buscamos apresentar algumas reflexões levantadas no âmbito do grupo de estudos Serviço Social e Questão Social, desenvolvidas a partir do amadurecimento dos debates realizados na disciplina “serviço social e questão social”, no curso de Serviço Social da Universidade Federal da Bahia.

Ao longo das realizações, primamos pelo estudo do método crítico-dialético propondo o desafio de ir “além da aparência fenomênica, imediata e empírica – por onde necessariamente se inicia o conhecimento, sendo essa aparência um nível de realidade e, portanto, algo importante e não descartável” (NETTO, 2011, p. 22) - para apreender a essência. Ao tomarmos a questão social como objeto de estudo, a situamos no plano da abstração, entendida como um conceito que nos permite compreender sua existência real, através de suas manifestações na vida cotidiana. É, pois, no trânsito do que Kosík (1976) classifica como da pseudoconcreticidade para a totalidade concreta, que pretendemos empreender o debate sobre a questão social.

Pensarmos a questão social a partir da realidade brasileira exige de nós um conjunto de mediações, capaz de compreendê-la dentro do atual processo de mundialização e financeirização do capital e à luz das particularidades da formação social brasileira. Entendemos ser no movimento entre universalidade e singularidade que a questão social deve ser decifrada, como síntese de múltiplas determinações, ligada estruturalmente à acumulação capitalista e sob forma particular, pelas contradições do capitalismo periférico dependente.

Este trabalho está organizado, além dessa breve introdução, em três partes. Na primeira, retomamos os debates históricos e conceituais para situar a questão social como objeto de estudo. Na segunda, buscamos conectá-la às particularidades da formação sociopolítica do Brasil, especialmente a partir do contexto da crise capitalista contemporânea e, na terceira, tomamos a questão social na relação com a política de Assistência Social, como um dos campos de aguçamento das expressões da questão social.

2. Elementos conceituais para compreensão da questão social

Ao entendermos a questão social como objeto de intervenção da profissão, buscamos compreender seu significado socio-histórico. Para tal entendimento, adotamos como perspectiva analítica a teoria social de Marx, que nos leva à compreensão do modelo de produção capitalista como resultante de um grande desenvolvimento de forças produtivas e novas relações sociais de produção entre duas classes fundamentais: a burguesia, detentora dos meios de produção e do capital; e o proletário, que detém a mercadoria força

de trabalho e não os meios de produção. Este modo de (re)produção implica em uma contradição que está na *raiz* da questão social: a produção socializada da riqueza social, contraposta à apropriação privada da riqueza produzida pelo trabalho alheio (IAMAMOTO, 2008).

No conjunto dos determinantes socio-históricos, localizamos a gênese da questão social intrinsecamente vinculada à lei geral da acumulação capitalista, isto é, a constituição da questão social “explicada pelo processo de acumulação ou reprodução ampliada do capital” (Santos, 2012, p. 26). No tocante aos elementos fundantes da questão social, como um fenômeno *em si*, relacionada ao conjunto das desigualdades sociais do modo de produção capitalista. Nascida deste elemento estrutural, a questão social possui substancialmente um elemento político, concebido como questão social *para si*, a partir do que Netto (2001) localiza como “desdobramentos sociopolíticos”, relacionados à capacidade de organização e reivindicação da classe trabalhadora.

Netto (2001) aponta a história recente da expressão “questão social”, que surge para dar conta dos impactos provocados pela onda industrializante da Europa, no contexto do século XVIII/XIX. Para este autor, pela primeira vez, a produção de pobreza cresce na mesma proporção da produção de riqueza, devido à relação capital/ trabalho. Assim, a pobreza não é apenas interpretada no âmbito da distribuição de renda, e sim, intrínseca à forma de organização do processo produtivo.

No âmbito das produções teóricas do Serviço Social, na esteira da década de 1980, a questão social ganhou destaque nas elaborações teórico-analíticas da profissão. Desde então, um conjunto de autoras e autores têm contribuído para o adensamento do debate, vez que é permeado por concepções diversas, dada a própria complexidade que envolve o tema. Neste sentido, ganhou notoriedade a concepção de questão social apresentada por Iamamoto e Carvalho (2012, p. 84):

[...] não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão.

Iamamoto & Carvalho (2012) e Netto (2001) contribuem para pensar a questão social como o conjunto de problemas sociais, políticos e econômicos determinado pelo surgimento da classe operária e seu engajamento político, gerando tensões no Estado e na classe dominante. Netto (2001) salienta a importância do rigor teórico, ao realizar a crítica sobre o caráter conservador do termo questão social e a relação imediata com reforma social,

denominada como desordem social ou problemas sociais, objeto de ações assistenciais. A politização do seu enfrentamento se engendra à história do movimento operário, dado o seu protagonismo político como agente histórico-social consciente.

A questão social é colocada no seu terreno específico, o do antagonismo entre capital e trabalho, nos confrontos entre seus representantes. É colocada, porém, como objeto de intervenção revolucionária por agentes que se auto-organizam preocupados com a consciência dos fins e a ciência dos meios [...] (NETTO, 1992, p.56).

É importante situar a questão social no movimento do real, de modo a compreendê-la em suas manifestações já conhecidas e em suas expressões novas, mediadas pelas particularidades histórico-culturais e contornos tomados no estabelecimento do capitalismo no interior de cada formação social. É nesse sentido que, temos o desafio de perquirir a complexa totalidade e mediações entre o conjunto das relações sociais que se entrelaçam, situando-as nas relações de classe, de gênero, raça e etnia, por ser próprio da dinâmica de desenvolvimento do capitalismo na cena contemporânea, transitando, assim, na relação dialética entre universalidade e singularidade.

Afirmamos, portanto, que o debate acerca das novas expressões da questão social e as estratégias coletivas para o seu enfrentamento precisam compreender o conjunto de relações de dominação e exploração, bem como a forma como o capitalismo se apropria delas, fortalecendo-as. Demarcamos ainda que, as lutas contra as opressões de raça, etnia, gênero e orientação sexual, bem como as territoriais, permeiam as contradições entre as classes, geradas pela relação capital x trabalho na sociedade capitalista (CISNE, 2012).

A crise capitalista dos anos 1980 provocou profundas alterações na luta de classes e, conseqüentemente, o agravamento da questão social. Contextualizada na quadra histórica do fim do regime fordista, essa crise é compreendida como estrutural e inerente ao próprio desenvolvimento capitalista, uma vez que “se inscreve no processo de reprodução social, cuja tendência é manter sob tensões e desequilíbrios permanentes – o processo de valorização como condição da acumulação do capital” (MOTA, 2015, p. 37).

Conforme argumenta Antunes (2015; 2018), os processos produtivos engendrados pelo capitalismo a partir da década de 1980, provocou profundas alterações no mundo do trabalho, na composição da classe trabalhadora e suas formas de representação sindical e política. Tais alterações para a “classe que vive do trabalho” atingiu “não só a sua materialidade, mas teve profundas repercussões na sua subjetividade (...) afetou a sua forma de ser (ANTUNES, 2015, p. 33).

Em sua fase globalizada e financeirizada, instalou-se uma nova racionalidade, conservadora e neoliberal, como resposta política à crise econômica e social do regime

fordista. Emergiu neste contexto um intenso processo de privatização de empresas públicas, programas de austeridade fiscal, redefinição do papel governamental do Estado, uma vez que “não estamos lidando apenas com a retirada de cena do Estado, mas com um reengajamento político do Estado sobre novas bases, novos métodos e novos objetivos” (DARDOT, LAVAL, 2016, p. 190).

Nos termos de Fontes (2005, p. 95):

A expropriação na atualidade deverá incidir sobre todos os aspectos resultantes da luta de classes sob o capitalismo, por meio das quais os trabalhadores conseguiram, ao longo dos últimos 150 anos, reduzir o impacto do valor de troca (do mercado) sobre a parcela de sua reprodução, o que resultou na gestão estatal de uma parcela do valor da força de trabalho.

Em nossa lógica de análise, o Estado só se constitui como instância de organização da vida social a partir do reconhecimento dos interesses das classes sociais e das lutas pelo direito ao trabalho e à vida. No Brasil, a questão social “*em si*”, embora já abarcasse a questão racial e do trabalho escravo, como considera Ianni, deixando suas marcas de pauperismo e iniquidade, com a dificuldade de incorporação dos escravos libertos ao novo mundo do trabalho, só adquire a qualidade “*para si*” quando expressa politicamente pelos trabalhadores, em defesa das regulações do trabalho e previdência, já no século XX. As demandas sociais incluem a proteção como estratégia do operariado na perspectiva de uma “solidariedade de classe” (BEHRING, 2006), mas é também, e ao mesmo tempo, uma estratégia de desenvolvimento econômico-social, na perspectiva do controle sobre o ciclo do capital e, na correlação de forças, também o controle social.

Para Saes (1985), aqui as lutas tiveram forte conteúdo antiescravista e acabar com a escravidão de negros foi um momento revolucionário, quando a maior força de transformação estava nos escravos rurais (principalmente) e na classe média urbana (dirigente); segundo ele, “nenhuma fração da classe dominante se tornou o motor da transformação” (SAES, 1985, p. 51). O autor estabelece um diálogo com Ianni, apresentando outros elementos de decifração da passagem do país arcaico para o moderno. A sua argumentação reafirma a adaptação da aristocracia agrária aos valores burgueses, nos termos da *revolução passiva* em Gramsci. Saes (1985) destaca o papel da luta de classes, ao considerar que o desenvolvimento dessas lutas nas formações sociais pode levar o Estado burguês a assumir diferentes formas, a saber: ditatorial, liberal-democrata, fascista ou corporativa, plebiscitária.

Na perspectiva do autor (1985), quando afirma o protagonismo dos negros nas lutas antiescravistas, não estaria aí um aspecto de passividade, ao contrário, foram eles considerados as “concentrações perigosas” contra a ordem vigente. Esta ênfase na gênese

da transformação do regime escravista em regime burguês é o que nos interessa reter como a característica marcante do Estado brasileiro, sua face dependente e subordinada aos interesses capitalistas dominantes. A nosso ver, não estaria no autor a contraposição ao conceito de “revolução passiva”, que é como Gramsci descreve o processo de passagem de um modo de produção ao seguinte, sem que haja a superação do modo anterior, onde o consenso é um elemento de coesão, ao qual se conecta o tema dos intelectuais orgânicos.

Por fim, a dinâmica do trabalho na sociedade capitalista atual também promove uma outra dinâmica da luta de classes, diferenciada daquelas que se expressaram nos monopólios. A própria função do Estado passa por diferenciações qualitativas e rearranjos das forças sociais em disputa em seu interior, conformando um outro padrão de prestação de serviços sociais. A partir deste entendimento, tentamos localizar a questão social no contexto brasileiro.

3. Particularidades da questão social no Brasil

Se durante os “trinta anos gloriosos” o Estado Social¹⁰ ampliou-se para assegurar a reprodução do capital por meio da ampliação de direitos sociais, constituindo-se um período de enfrentamento à questão social por meio de políticas sociais, os anos seguintes apresentaram uma inflexão desse Estado Social e o crescimento de um Estado cada vez mais militarizado e distanciado de valores democráticos. Não obstante, alguns estudos têm classificado o Estado, a partir da ofensiva neoliberal, de Estado de Exceção¹¹ ou Estado Penal¹². Não é nossa proposta debater esses estudos e as críticas dirigidas a eles, entretanto, consideramos o debate pertinente, especialmente diante de um modelo cada vez mais militarizado que o Estado, no plano nacional e internacional, tem adotado nos últimos anos.

Os reflexos desse contexto repercutem no conjunto da vida social, especialmente nas estratégias políticas tecidas pelas classes sociais para enfrentamento às expressões da questão social. As mudanças recentes nas legislações trabalhistas, a fim de torná-las mais flexíveis e permeáveis à própria lógica de desproteção social, revela a dramática contradição entre capital e trabalho, especialmente no contexto brasileiro, historicamente

¹⁰ Sobre o Estado Social no capitalismo, a partir do referencial marxiano, ver: BOSCHETTI, Ivanete. Expropriação de direitos e reprodução da força de trabalho. In: BOSCHETTI, Ivanete (Orgs) *Expropriação e direitos no capitalismo*. São Paulo: Cortez, 2018, p. 131-166.

¹¹ AGAMBEM, Giorgio. Estado de Exceção. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2004.

¹² WACQUANT, Loïc. As prisões da miséria. 2ª ed. ampl. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

caracterizado pelo desemprego estrutural, fragilidade dos vínculos e direitos trabalhistas e exploração da força de trabalho.

De acordo com a Pesquisa Nacional de Amostra em Domicílio, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (AGÊNCIA DE NOTÍCIAS IBGE, 2019), o primeiro trimestre de 2019 registrou 13,4 milhões de pessoas desempregadas, apresentando uma taxa de 12,7%. Esse cenário não apenas revela a falácia da capacidade de geração de novos empregos a partir da reforma trabalhista de 2017, discurso acionado pelo empresariado e liberais, como nos coloca diante da difícil realidade do crescimento exponencial do trabalho informal, precário e intermitente e, conforme Antunes (2018), diante do crescimento do "novo proletariado de serviços".

A flexibilização dos direitos trabalhistas veio acompanhada da redução da proteção social por meio de políticas sociais públicas, e como face da mesma moeda, a expansão dos sistemas privados de saúde e previdência social. A Proposta de Emenda à Constituição n. 06/2019, conhecida como PEC da reforma da previdência, encaminhada pelo governo federal à Câmara dos Deputados, evidencia o processo de restrição do fundo público para a Seguridade Social e o reforço à lógica de fundos de pensões, para capitalização da previdência social por meio de seguros privados.

Se por um lado o Brasil, situado na periferia do capitalismo, não experienciou o Estado Social dos anos gloriosos, não tem sido poupado nos últimos anos do avanço da ofensiva neoliberal. A eleição presidencial de 2018 radicalizou o projeto neoliberal, no desmonte dos direitos da Seguridade Social e de um conjunto de enfrentamentos político-econômicos à questão social. Se por um lado não tivemos em solo brasileiro um Estado de bem-estar social, o cenário atual avança em direção de Estado militarizado, conservador e contrário aos ideais democráticos. Verifica-se, portanto, a questão social em seu estado "bruto".

Identifica-se um esvaziamento da dimensão estrutural, histórica e política da questão social, (BORGES, SILVA, MACHADO *et al*, 2018), cujas estratégias de enfrentamento têm sido desde a coerção social, a despolitização e individualização de suas manifestações. A *racionalidade* neoliberal tem evocado cada vez mais que "os indivíduos se tornem ativos, empreendedores, protagonistas de suas escolhas" (DARDOT, LAVAL 2016, p. 224). Neste sentido, se as manifestações da questão social estão assentadas nos resultados das escolhas individuais e na incapacidade de os indivíduos adaptarem-se à lógica hegemônica, compete a eles, num processo de responsabilização, construir suas próprias estratégias para enfrentá-las, esta é a lógica.

Não podemos esquecer, todavia, que todo este cenário se impôs diante do próprio processo de enfraquecimento e despolitização de movimentos sindicais, populares e de

esquerda, e da inabilidade para construir alternativas ao capitalismo. É importante lembrar que nos últimos anos, especialmente nos países da América Latina, a esquerda subsumiu a luta contra a desigualdade social à luta contra a pobreza (DARDOT, LAVAL, 2016), por meio de políticas sociais orientadas por organismos internacionais para incentivo direto ao consumo.

É fato que as relações de trabalho na atualidade estão em tensão, sob as demandas do capital que intensificam a exploração do trabalho. Além do desemprego, proliferam-se formas de precarização, o que Antunes (2009) denomina de “subproletariado”, os que são “terceirizados, subcontratados, *part time*, dentre outras”. Do desemprego à precarização, o que o capital precisa garantir é a extração da mais-valia, que agora se estabelece em forma absoluta e relativa, articulando e integrando trabalhos produtivo e improdutivo.

Ele localiza, ainda, o crescimento do terceiro setor como uma “forma de trabalho comunitário e assistencial que se expande prioritariamente numa fase de desmoronamento do Estado de bem-estar social” (ANTUNES, 2009, p. 114). Essas formas contemporâneas de exploração da força de trabalho revelam também as desigualdades de gênero, dado o aumento significativo do trabalho feminino, cujas características passam por percentual de remuneração menor e recrutamento para áreas de trabalho intensivo.

Sobre as desigualdades nas formas de vigência do trabalho feminino têm sido destacadas nos estudos de Hirata,¹³ autora feminista citada por Antunes, para corroborar suas constatações sobre a heterogeneidade da classe trabalhadora e as especificidades da inserção feminina no mercado de trabalho. Como sabemos, o capitalismo tem sido eficiente em se apropriar dessa desigual divisão sexual do trabalho.

O ramo dos serviços, com destaque para a área assistencial, vem sendo identificado como o que expandiu a demanda para o trabalho feminino e não é por coincidência a concentração de mulheres na formação profissional em Serviço Social; das origens até a contemporaneidade, essa é uma força de trabalho majoritariamente feminizada. Como destaca Cisne (2015, p. 47):

A assistência social é construída como um espaço ocupacional essencialmente feminino, absolutamente associada aos papéis conservadores de gênero cobrados da mulher, sendo, portanto, parte estruturante da divisão sexual do trabalho na sociedade patriarcal capitalista. [...] a marca feminina na história da assistência social é resultante das relações que estruturam a divisão sexual do trabalho.

¹³ HIRATA, H. Cientista social que vem discutindo e tematizando sobre trabalho e precarização socioeconômica, tendo sintetizado o debate na França. Seus estudos apontam a intensificação do trabalho e dos riscos crescentes de acidentes e adoecimento, levando à precarização da saúde de trabalhadores, atingindo especialmente mulheres e jovens (*in* DRUCK; THÉBAUD-MONY, 2007, p. 34).

Enfim, organizadas ou não, as demandas do trabalho passam por enfrentar o excesso de trabalho sobre o trabalho necessário, considerando os limites da corporeidade do trabalhador. As doenças do trabalho constituem um elemento importante da luta de classes, e novas regulamentações se impõem, bem como se torna vital a luta em defesa da seguridade social, como um ganho dos trabalhadores. Os recursos da Seguridade são objeto de disputa entre as classes, posto serem estes a fonte de geração de *superavit* e de desvios, como mecanismos anticrise, do ponto de vista do capital¹⁴. Destacamos, especialmente, a assistência social.

4. A questão social: dados para compreender a Assistência Social

O mundo do trabalho contemporâneo tem sido descrito por pesquisadores do tema como um universo de sofrimentos físicos e psíquicos, com crescentes índices de adoecimentos e incapacitações. Trabalhadores, no estresse da alta rotatividade e produtividade, estão vulnerabilizados no conjunto de incertezas e desgastes que virou o trabalho nas relações sociais capitalistas de agora. O seu corpo responde com o envelhecimento precoce e alguns locais de trabalho são geradores de doenças incapacitantes. Por outro lado, a população ativa está em condições de precarização, aceleração do ritmo e da concorrência nos espaços ocupacionais, por extinção de ocupações e de cargos, enxugamento da máquina administrativa, gerando sobrecarga de trabalho.

Em torno deste argumento, destacaríamos uma afirmação de Mészáros (2002, p. 621): “o incansável impulso do capital no processo de auto reprodução ampliada o *impede de prestar atenção aos acontecimentos destrutivos* [grifos nossos] que emergem das contradições entre o trabalho supérfluo e o necessário”; consideramos que a pobreza estaria entre os acontecimentos destrutivos, dos impedimentos à realização da expansão infundável da riqueza concentrada.

Tomando em Marx as suas referências, Mészáros (p. 617) afirma que “a contradição entre trabalho produtivo e improdutivo emerge do caráter explorador do próprio processo de trabalho capitalista e da necessidade de encontrar uma forma de controle adequada à sua perpetuação”. E completa o raciocínio com destaque para o lugar dos pobres na estrutura de produção e reprodução do capital, pois, [...] “se os pobres são bem administrados, eles

¹⁴ Esta análise e a reflexão seguinte estão desenvolvidas na tese intitulada: BORGES, M. E. S. *Trabalho, direito e Política de Assistência Social: o sentido ético-político das inserções de assistentes sociais (2004-2014)*. 2017. 307 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2017.

conferem à sociedade um duplo benefício: trabalhando, assim como consumindo, ambos necessários à expansão da riqueza da nação” (MÉSZÁROS, 2002, p. 651).

Por sua vez, para Wood (2014, p. 26-27), desde a Lei dos pobres, quando a Inglaterra estabeleceu um programa de assistência social regulado pelo Estado, no século XVI, o controle sobre os trabalhadores é exercido para regular “a ameaça à ordem social resultante da expropriação dos produtores diretos e uma crescente população de homens sem propriedade e sem senhores”. Como nos lembra Behring (2006, p. 57):

Com a decadência da sociedade feudal e da lei divina como fundamento das hierarquias políticas, por volta dos séculos XVI e XVII, ainda no contexto da chamada acumulação primitiva do capital, é desencadeada uma discussão sobre o papel do *Estado*. Desde Maquiavel, busca-se uma abordagem racional do exercício do poder político por meio do Estado.

Osorio (2014), por sua vez, reconhece as particularidades do Estado no capitalismo dependente latino-americano, que, segundo ele, estariam atravessadas pela condição de dependência dessas formações sociais e pela modalidade de “superexploração” da força de trabalho, conformando o Estado autoritário “pela *internalização* das relações de poder de Estados centrais e imperialistas” (OSORIO, 2014, p. 205, 207). Para o autor, nas latitudes latinas, “a reprodução do capital sustentada na superexploração gera agudas fraturas sociais”, como pobreza, miséria, desemprego, tendo originado fenômenos políticos como o caudilhismo e o populismo. A hegemonia da fração da burguesia industrial sustentou-se no poder estatal para impor seu projeto econômico e societário, aliados do capital estrangeiro.

É nesse terreno que buscamos situar a assistência social, como uma política social que nos permite melhor perceber a relação com a questão social. Boschetti em seus estudos recentes tem buscado explicitar a relação que se estabelece entre assistência social e trabalho no capitalismo e, como mostra em sua análise, “em momento de crise, a assistência social é capturada pelas mais insidiosas estratégias conservadoras, que a superdimensionam como campo de proteção social, focalizando na franja pauperizada da classe trabalhadora” (BOSCHETTI, 2016, p. 18).

A proteção social, no chamado Estado social, é considerada por ela uma mistificação. Ao retirar o véu ideológico, desde que explicitada a contradição, a proteção tem caráter instrumental à própria luta por direitos e regulação da exploração capitalista. A assistência social seria, então, uma das políticas estratégicas de proteção social, campo de expressão dos conflitos de classes. Somando-se às características históricas, na atualidade, “as desigualdades sociais resultantes do aumento do desemprego foram agudizadas por

mudanças na composição do financiamento e dos gastos públicos”¹⁵. Como decifraram Behring e Boschetti (2006, p. 129), a luta dos trabalhadores se atualiza na disputa do Fundo público, para ampliar a participação destes em políticas sociais. Entendemos ser da classe trabalhadora a luta em defesa da assistência social, como parte da seguridade social, pois, assistência e previdência não podem ser dissociadas e são direitos historicamente construídos.

A nosso ver, o desenvolvimento histórico e político do Estado brasileiro demarca um longo percurso até a garantia do direito à assistência social, como parte das estratégias da classe trabalhadora para o reconhecimento de suas demandas e de suas lutas sociais, consubstanciadas nas políticas sociais, ainda que a Assistência Social carregue uma conotação pejorativa, fazendo parecer vergonhoso passar a ser o público desta Política; isto leva o trabalhador com contrato de trabalho a não se sentir público da Assistência Social, o que precisa ser desmistificado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluimos, portanto, que é no campo da reprodução social que se pode demarcar a existência histórica dos direitos sociais e, especificamente, a constituição do Estado social, solo onde fecundam as políticas sociais. O Estado só pode ser estudado como parte de uma totalidade social, particularizado em determinada formação social e econômica, por onde se enfrentam as manifestações da questão social e como se dão os mecanismos de reprodução da classe trabalhadora.

O nosso estudo ainda está em fase de construção metodológica, apontando o aprofundamento da pesquisa sobre a questão social brasileira na atualidade, processo a ser adensado por elaborações de ordem teórica e da definição do escopo da pesquisa empírica. O Brasil da atualidade é um campo fértil para debates e estudos sobre a questão social, e não é uma sociedade que se revele na superficialidade, pois, apresenta uma complexa realidade, no entrecruzamento do arcaico com o moderno, no choque entre moralidades conservadoras, progressistas e libertárias, um Brasil caótico e confuso na atualidade, ainda que preche de potencialidades e rico em diversidade cultural. O que está em jogo neste

¹⁵ Behring e Boschetti (2006, p. 185) registram a desigualdade social em termos percentuais na metade da década do século XXI: 1% da população apropria-se de rendimentos equivalentes ao de 50% da população; 32 % da população sobrevive com menos de R\$ 160,00 e 13% possuem renda familiar *per capita* inferior a ¼ do salário mínimo. As mulheres percebem o equivalente a 39% dos rendimentos de homens brancos, têm aumentada a desvantagem e percentuais de desemprego, e as negras são maioria no emprego doméstico.

momento é a possibilidade de a questão social tornar-se uma ameaça real à possível coesão social e ao projeto de civilidade humana, se os trabalhadores não tomarem para si a tarefa de barrar a sanha capitalista de destruição e de seus representantes da ultradireita.

REFERÊNCIAS

AGAMBEM, Giorgio. **Estado de Exceção**. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2004.

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS IBGE. **PNAD Contínua**: taxa de desocupação é de 12,7% e taxa de subutilização é de 25,0% no trimestre encerrado em março de 2019. 30 abril 2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/24284-pnad-continua-taxa-de-desocupacao-e-de-12-7-e-taxa-de-subutilizacao-e-de-25-0-no-trimestre-encerrado-em-marco-de-2019>. Acesso em 04 maio 2019.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho**: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 16 ed. São Paulo: Cortez, 2015.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política social**: fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2006.

BORGES, Maria Elizabeth. SILVA, Ermildes L. da. MACHADO, Louise O. R.; COUTINHO, Gabriela B.S.; AZEVEDO, Yasmin de O. M. **Questão Social em debate: problematizações contemporâneas**. Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. Vitória, 2018. (Cd-Rom)

BOSCHETTI, I. **Assistência social e trabalho no capitalismo**. São Paulo: Cortez, 2016.

BOSCHETTI, Ivanete. Expropriação de direitos e reprodução da força de trabalho. In: BOSCHETTI, Ivanete (Orgs) **Expropriação e direitos no capitalismo**. São Paulo: Cortez, 2018, p. 131-166.

CISNE, M. **Gênero, divisão sexual do trabalho e Serviço Social**. 2. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

CISNE, Mirla. **Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social**. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

FONTES, V. **Reflexões im-pertinentes: história e capitalismo contemporâneo**. Rio de Janeiro, Ed. Bom texto, 2005.

IAMAMOTO, Marilda. V. **Serviço social em tempo de capital fetiche: capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

IAMAMOTO, Marilda. V.; CAVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 37 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

KOSÍK, Karel. **Dialética do Concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo, 2002.

MOTA, Ana Elizabete. **Cultura da Crise e Seguridade Social**. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2015.

NETTO, J. P. Cinco notas a propósito da “questão social”. **Temporalis**, Brasília, ABEPSS, Ano 2, n. 3, p. 41-49, 2001.

NETTO, J. P. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós 64**. São Paulo: Cortez, 1992.

NETTO, J. P. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO, J. P. **Introdução ao Estudo do Método de Marx**. 1 ed. São Paulo: Expressão popular, 2011.

OSORIO, J. **O Estado no centro da mundialização: a sociedade civil e o tema do poder**. São Paulo: Outras Expressões, 2014.

SAES, D. **A formação do Estado burguês no Brasil (1888-1891)**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

SANTOS, Josiane Soares. **“Questão Social”: particularidades no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2012 (Coleção biblioteca básica de serviço social; v.6).

WACQUANT, Loïc. **As prisões da miséria**. 2ª ed. ampl. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

WOOD, E. M. **O império do capital**. São Paulo: Boitempo, 2014.